



Câmara dos
Deputados

PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA

LIMITE AO ESTADO LEGISLADOR

Marilene Carneiro Matos

Câmara dos Deputados

Diretoria Legislativa: Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

Centro de Documentação e Informação: André Freire da Silva

Coordenação Edições Câmara dos Deputados: Ana Lúgia Mendes

Editor: Anderson Depizol

Preparação e revisão: Seção de Revisão

Projeto gráfico: Giselle Sousa e Luiz Eduardo Maklouf

Diagramação e capa: Rafael Benjamin

Linha Estudos e Debates.

Papel

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.
Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109

Matos, Marilene Carneiro.

Princípio da proteção da confiança legítima : limite ao Estado legislador / Marilene Carneiro Matos. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

135 p.

Disponível, também, em formato eletrônico (E-book).

ISBN 978-85-402-0802-5

1. Princípio da segurança jurídica, Brasil. 2. Boa-fé, Brasil. 3. Direito adquirido, Brasil. I. Título.

CDU 342.38(81)

ISBN 978-85-402-0802-5 (papel)

ISBN 978-85-402-0803-2 (e-book)

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Edições Câmara.

Venda exclusiva pela Edições Câmara.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5833

livraria.camara.leg.br

2007012

Sumário

Lista de siglas e abreviaturas	13
Prefácio	15
Introdução	19
1. Segurança jurídica e proteção da confiança	29
1.1. Um princípio em dúplice acepção	29
1.2. A segurança jurídica na ordem jurídica brasileira: a Carta de 1988 e a Lei do Processo Administrativo Federal	38
1.2.1. As aplicações práticas da segurança jurídica na jurisprudência brasileira	42
1.3. Proteção da confiança legítima – aplicabilidade a atos estatais emanados de quaisquer dos Poderes?	49
1.4. Conclusões parciais	54
2. Direito adquirido, incidência imediata da lei e proteção da confiança ..	57
2.1. A posição consolidada do Supremo Tribunal Federal	57
2.2. Direito adquirido – dificuldades conceituais e relação com a proteção da confiança legítima	62
2.3. A proteção da confiança ante a incidência imediata das normas	67
2.4 Conclusões parciais	79

3. A proteção da confiança legítima – limite ao estado legislador	81
3.1. Direitos em vias de aquisição – meras expectativas?.....	81
3.2. A norma inovadora e a proteção da confiança no cenário jurídico brasileiro	90
3.2.1. Direito tributário.....	94
3.2.2. Regime jurídico de servidor público.....	97
3.2.3. Expurgos inflacionários e proteção da confiança legítima	100
3.2.4. A inoponibilidade do direito adquirido a regime jurídico e os julgados do STF	101
3.3. Proteção da confiança diante de alteração legal – uma possibilidade concretizada na jurisprudência europeia.....	102
3.4. Conclusões parciais.....	116
Conclusões	119
Referências	123